

## RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA 001/2021

<b>Processo</b>	8238/2021
-----------------	-----------

<b>Objeto</b>	Análise de conformidade dos itens obrigatórios da gestão fiscal, financeira e orçamentária e demais itens de gestão em atendimento a IN TCEES 68/2020.		
<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimentos</b>
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.
2.2.31	Despesa - liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no art. 63 da Lei Federal 4.320/1964 para a liquidação da despesas.
2.2.32	Despesa sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.
2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado.	CRFB/88, art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.
2.6.4	Pessoal - teto	CRFB/88, art. 37, inciso IX	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no art. 37, inciso XI, da CRFB/88.
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.

O trabalho de Auditoria segue as definições constantes no Manual Técnico de Auditoria Interna, aprovado pelo Decreto nº 2.988/2017, constituindo um conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do auditado.

O trabalho de Auditoria é composto por diversas fases, iniciando pelo **planejamento** que expressa o propósito da auditoria a ser atingido e condiciona aos meios de alcançá-los; a **execução** é a fase de condução onde serão levantados dados, coleta de evidências, aplicação de testes, avaliação dos controles e consulta a sistemas, resultando nos achados de auditoria; a última fase consiste em apresentar o **resultado** através do relatório conclusivo que deve conter, caso haja, as recomendações ao Gestor.

## **1 - DO PLANEJAMENTO**

As atividades de auditoria da Unidade Central de Controle Interno - UCCI planejadas para o exercício de 2021 constam no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI (Anexo II).

O objeto da auditoria instaurada refere-se a análise de conformidade dos itens obrigatórios da gestão fiscal, financeira e orçamentária e demais itens de gestão em atendimento a IN TCEES 68/2020.

## **2 - DA EXECUÇÃO**

### **2.1 - OBJETO DA AUDITORIA**

O objeto da auditoria será análise dos processos nas fases da Despesa Pública, considerando o Empenho, Liquidação e Pagamento ocorridos no exercício de 2021 e demais atos descritos nos itens apresentados no início desse trabalho. Trata-se de auditoria de conformidade e que possui caráter de verificação em detrimento as normas legais vigentes.

### **2.2 – PERÍODO DE EXECUÇÃO**

A Auditoria instaurada refere-se ao exercício de 2021.

### **2.3 - LEVANTAMENTO E COLETA DE DADOS**

Os dados serão coletados/extraídos através de consulta ao Portal da Transparência e análise dos processos físicos existentes, se necessário. Todos os processos administrativo de execução de despesa (aquisição de mercadorias e/ou serviços) estão disponibilizados na íntegra no site oficial do Poder Legislativo.

## **2.5 - ANÁLISE DOS DADOS**

Foram analisados todos os processos existentes por Dispensa e/ou Inexigibilidade de Licitação, que representou um montante contratado de R\$ 67.710,13. Os processos foram analisados considerando a Lei 8.666/93 (arts. 24, 25 e 26), o Decreto Federal nº 9.412/2018 que atualizou os valores para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da referida lei e o Decreto Municipal nº 3.297/2019 que a atualizou os valores das modalidades de licitação considerando as disposições da Lei 8.666/93, em especial os arts. 23 e 120, e a LRF nº 101/2000.

Na tabela 1 encontram-se relacionados os processos ocorridos na modalidade Dispensa e/ou Inexigibilidade de Licitação. Não houve no período processo aberto e/ou concluído por Inexigibilidade de Licitação.

Quanto a forma e conteúdo os processos administrativos atenderam ao que determina a legislação. Todos os processos foram iniciados a partir da solicitação do requerente e a tramitação ocorreu em ordem cronológica dos fatos.

Constatado haver nos processos Termo de Referência e Coleta Prévia de Preços em pelo menos três empresas. Em relação a este item, ressalta-se que a empresa indica os preços com base no objeto definido no Termo de Referência, datado e com identificação. A proposta de preço é coletada em envelope identificado, lacrado e rubricado pelo fornecedor, acompanhada do cartão do CNPJ comprovando as atividades permitidas, o que garante que todos os fornecedores da proposta estão em igualdade de competição e habilitados, caso venha a vencer, atender o objeto requerido. Constatado haver nos processos declaração de que a despesa é adequada a lei orçamentária nos termos da LRF; parecer jurídico; minuta do contrato; toda documentação que habilita a pessoa jurídica a celebrar contrato com a administração pública; indicação de fiscal de contrato; publicação no diário oficial do extrato de dispensa de licitação; e o empenho do objeto contratado. Todas essas informações foram confirmadas através do check list, parte integrante deste relatório.

Constatado que todos os processos analisados estão disponibilizados na íntegra no site oficial do Poder Legislativo (<http://www3.cmcc.es.gov.br/adm/consulta.aspx>), onde qualquer cidadão pode ter acesso ao conteúdo.

Esta medida atende ao que determina os Princípios da Transparência e da Publicidade, pilares inseparáveis de uma gestão pública de qualidade.

Em relação a análise dos processos em todas as fases da despesa pública (Empenho, Liquidação e Pagamento), e com base na Lei 4.320/64, arts 60 a 63, item obrigatório do ponto de controle da IN 68/2020 do TCEES, não foi constatada nenhuma irregularidade.

Na avaliação do item 2.6.4 da IN 68/2020 do TCEES, que se refere ao teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão, se foi obedecido ao disposto no art. 37, inciso XI, da CRFB/88, foi constatada divergência. Ao analisar a ficha financeira do servidor de matrícula n. 000014, no mês de dezembro/2021 o total dos vencimentos foi de R\$ 12.363,73 superando o teto em R\$ 137,66. O teto no município é a remuneração do Chefe do Poder Executivo, que no exercício de 2021 foi de R\$ 12.226,07.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Favorecido</b>	<b>Valor</b>
7665/2021	Fornecimento de combustível (gasolina comum) para abastecimento do veículo pertencente à Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	M.A.S. Santiago & Cia Ltda	11.700,00
7666/2021	Aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo - GLP e água mineral destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	VIB Distribuidora de Bebidas EIRELI	895,00
7667/2021	Locação de impressora para impressão, cópia e digitalização de documentos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	TMA Soluções Tecnológicas EIRELI	6.600,00
7668/2021	Aquisição de material de expediente e limpeza, copa cozinha, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	Comercial Glícia Ltda	421,35
7785/2021	Aquisição de materiais permanentes destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	L & S Móveis e Eletrodomésticos Ltda	6.705,00
7793/2021	Aquisição de equipamentos de TI (Tecnologia da Informação), destinado à melhoria de desempenho da rede de computadores da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	Eduardo Busato MEI	1.430,00
<b>Sub-Total .....</b>			<b>27.751,35</b>

Tabela 1 (1)

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Favorecido</b>	<b>Valor</b>
7794/2021	Prestação de serviços de regulação de mesa de áudio e microfones, captura de áudio, edição e gravação das sessões plenárias (ordinária, extraordinária, especial e solene) e das audiências públicas, na Sessão Legislativa de 2021, para facilitar a lavratura das atas e a disponibilização do áudio em tempo real para transmissão via web e captura e disponibilização de áudio em tempo real para transmissão via FM (Rádio Comunitária 87.9), de forma a atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	Raphaela Dias Camporezi MEI	14.490,00
7796/2021	Aquisição de materiais personalizados para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	Francis Brandão Costa ME	4.785,00
7907/2021	Prestação de serviços de assessoria em tecnologia da informação, devido as necessidades de instalação de equipamentos de informática, implantação de sistemas e mudanças constantes com as atualizações de programas e softwares, além da manutenção de equipamentos da área da informática para assegurar um bom desempenho das atividades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	Eduardo Busato MEI	8.400,00
<b>Sub Total .....</b>			<b>27.675,00</b>

Tabela 1 (2)

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Favorecido</b>	<b>Valor</b>
7966/2021	Assessoramento técnico, acesso de banco de dados com mais de 47.000 pareceres, entre outros serviços de assessoramento, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal	4.500,00
7967/2021	Aquisição de materiais de consumo, expediente e papelaria, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	Marilene Nodari Zandonadi ME	4.219,80
7999/2021	Prestação de serviços de publicação em jornal impresso do Relatório de Gestão Fiscal do 1º semestre/2021, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES, no exercício de 2021.	Tribuna Publicidade Ltda	730,00
8068/2021	Aquisição de material de higiene e limpeza, copa e cozinha, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES, no exercício de 2021.	Comercial Glícia Ltda	1.358,64
8068/2021	Aquisição de material de higiene e limpeza, copa e cozinha, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES, no exercício de 2021.	C. C. Gonçalves Leite ME	333,00
<b>Sub Total .....</b>			<b>11.141,44</b>

Tabela 1 (3)

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Favorecido</b>	<b>Valor</b>
8118/2021	Contratação de serviços de seguro total do veículo da Câmara Municipal de Conceição do Castelo/ES.	ADM Corretora Seguros Previdência e Capitalização Ltda	1.142,34
<b>Sub Total .....</b>			<b>1.142,34</b>
<b>Total.....</b>			<b>67.710,13</b>

Tabela 1 (4)

### **3 – RELATÓRIO CONCLUSIVO**

O trabalho de auditoria ora apresentado teve a finalidade de identificar o cumprimento da legislação aplicada ao objeto e aos principais pontos de controle importantes para a gestão dos processos administrativos.

Com base nos dispositivos legais que regem os procedimentos administrativos para a elaboração de processos por Dispensa e/ou Inexigibilidade de Licitação o Poder Legislativo atendeu na integridade as exigências.

Apenas, em relação a remuneração de servidores em detrimento ao teto remuneratório houve divergência, para tanto, RECOMENDA-SE:

I – Apresentar justificativa pela ocorrência, realizar a restituição aos cofres público do valor não abatido (R\$ 137,66) e juntar aos autos as devidas comprovações.

Conceição do Castelo – ES, 14 de Fevereiro de 2022.

BÁRBARA AYRES FERNANDES FONSECA  
Coordenadora Chefe da Unidade Central de Controle Interno  
Portaria 31/2022  
Matrícula 38.933

CLÉCIO EDUARDO VIANA  
Auditor Público Interno  
Matrícula 37.626

## **ANEXO I**

### **CHECK LIST PARA VERIFICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA E/OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Processo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

1- Houve solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

2- Há justificativa da necessidade do objeto?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

3- Foi feita elaboração da especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material da quantidade a ser adquirida?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

4- Houve elaboração de projetos básicos e executivo para obras e serviços, no que couber?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

5- Há indicação dos recursos para a cobertura da despesa?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

6- Foi feita pesquisa de mercado junto a três fornecedores?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

7- foi anexado o original das propostas nos autos?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

8- Foi juntada o original ou cópia autenticada ( ou conferida com o original) dos documentos de regularidade exigidos?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

9- Foi feita a justificativa de preços?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

10-Foi elaborado mapa comparativo de preços?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

11-Foi solicitado amostra do produto de menor preço, (caso necessário)?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

12- Há autorização do ordenador de despesa?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

13-Houve emissão de Nota de Empenho ou documento equivalente?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

14- Houve inclusão de quaisquer outros documentos relativos à dispensa?

Resposta: ( ) SIM ( ) Não.

Outra resposta: \_\_\_\_\_

processo	Objeto	constatação

Ponto de Controle	Base Legal	Irregularidade Detectada

Ponto de Controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições/alertas